



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

LEI Nº 1021 DE 30 DE JUNHO DE 2010

Altera a Lei nº 256, de 30 de março de 2000, para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Grupo Ocupacional do Magistério (MAG) Público do Município de Sobral e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL** aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei introduz alteração na Lei nº 256, de 30 de março de 2000, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Grupo Ocupacional do Magistério (MAG) Público do Município de Sobral.

Art. 2º - A Lei nº 256, de 30 de março de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica Instituído o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) para o Magistério (MAG) Público Municipal, de conformidade com o estabelecido nas Leis Federais n.º 9.394 de 20.12.96 e n.º 11.494 de 2007, bem como a Resolução nº 2, de 28 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Educação e em compatibilidade com a legislação municipal relativa às normas disciplinadoras da administração de pessoal civil.

.....
Art. 4º A Carreira do Magistério Público Municipal da Educação Básica, constituída de cargos de provimento efetivo e funções, de cargos de provimento em comissão, existentes na data da publicação desta Lei, fica estruturada em 4 (quatro) Classes, cada uma com 10 (dez) referências, constituindo o próprio Quadro de Carreira.(NR)

.....
Art. 7º A carreira do magistério fica organizada conforme ANEXO I, desta Lei.

Art. 10.

SOBRAL
José Cláudio
Pref. Geral



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

.....
§ 2º O profissional do magistério nomeado ao entrar em exercício, fica sujeito a estágio probatório, por prazo de 3 (três) anos, conforme o artigo 41 da Constituição da República Federativa do Brasil.
.....

§ 4º No período mencionado no § 2º deste artigo, a habilidade e a capacidade funcional do profissional da educação serão objetos de avaliação, para atingir a estabilidade no cargo para o qual foi nomeado, atendidos os requisitos de avaliação de desempenho profissional, a ser realizada por comissão instituída especificamente para este fim composta exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos, com a participação da Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Administração, observados o disposto no Estatuto do Funcionalismo Público do Município de Sobral. (NR)

§ 5º – O profissional da educação será avaliado a cada seis meses, e o não atendimento aos requisitos estabelecidos em regulamento será instaurado processo administrativo de inquérito, dando ciência ao interessado para que estabeleça o contraditório obedecendo ao disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei Federal nº 10.406/02. (NR)

§ 6º – Se no processo ficar comprovado o não preenchimento das condições de estágio probatório, o profissional de educação será exonerado.(NR)

§ 7º O estágio probatório ficará suspenso na hipótese das seguintes licenças:

I – por motivo de doença em pessoa na família;

II – para tratamento de saúde;

III – suprimido.

IV – em razão da maternidade e adoção;

V – para desempenho de mandato classista;

VI – para serviço militar obrigatório;

VII – para ocupar cargo público eletivo ou no Executivo de outros entes públicos;

VIII – suprimido.

§ 8º Os servidores readaptados terão os seus estágios suspensos.



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

.....
§ 1º A progressão prevista neste artigo obedecerá cumulativamente, critérios de desempenho e o tempo de permanência na Referência, cujo interstício será de 3 (três) anos;
.....

§ 3º Os critérios específicos e os procedimentos para aplicação da progressão horizontal serão definidos em regulamento próprio, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei e, considerará, entre outros, os seguintes fatores:

I – fatores de desempenho no trabalho;

II – tempo de serviço no cargo/função.

§ 4º Os professores efetivos serão enquadrados imediatamente após a aprovação desta lei, tendo por base os seguintes critérios: (NR)

I – na referência 04 de sua respectiva classe os professores com nove anos completos ou mais de serviço municipal;

II – na referência 03 de sua respectiva classe os professores com seis anos completos a nove anos de serviço municipal;

III – na referência 02 de sua respectiva classe os professores com três anos completos a seis anos de serviço municipal; e

IV – na referência 01 de sua respectiva classe os professores com menos de três anos de serviço municipal. (NR)

Art. 25. A qualificação profissional, objetivando o aprimoramento permanente do ensino e a progressão na Carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observados os programas prioritários.

§ 1º A licença para qualificação profissional consiste no afastamento do professor de suas funções, computado o tempo de afastamento para todos os fins de direito, e será concedida para frequência a cursos de mestrado em instituições credenciadas.

§ 2º De dois em dois anos poderão ser concedidas licenças no percentual equivalente a 1% (um por cento) do total de docentes em efetivo exercício no município.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação regulamentará a licença para qualificação profissional no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei. (NR)

h

SOBRAL
Poder Executivo
Prefeito Municipal
Clito
Geral



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

.....
Art. 27. Os cursos de pós-graduação lato-sensu (Especialização) em área relacionada com a atuação do servidor, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, somente serão considerados se realizados em Instituições Universitárias idôneas.

Art. 28. Os cursos de pós-graduação stricto-sensu (Mestrado), somente serão considerados se realizados em Instituições de Ensino Superior, nacional ou estrangeira, mediante cumprimento de todos os créditos disciplinares, inclusive com a defesa da dissertação necessária a outorga do Título de Mestre, relacionados à área de atuação do servidor e for de interesse da administração.

.....
Art. 31. O enquadramento dos servidores integrantes do Grupo Ocupacional na Parte Permanente de que trata o artigo anterior dar-se-á da seguinte maneira:

I – Classe A – Integrada pelos Professores com formação mínima de Ensino Médio na modalidade normal.

II – Classe B – Integrada pelos Professores com formação em curso superior de Licenciatura Plena ou Pedagogia.

III – Classe C – Integrada por Professores com formação em curso superior acrescida de especialização.

IV – Classe D - Integrada por Professores com formação em curso superior acrescida de mestrado.(NR)

Art. 32. Os atuais Professores com titulação de Licenciatura de Curta Duração, integrarão uma Classe Única, com vencimentos fixados em 90% (noventa por cento) da Referência 1 da Classe B, integrarão a Parte Especial.

Parágrafo único – A estes servidores, ao plenificarem sua titulação, fica garantido o imediato ingresso na Parte Permanente, na Referência inicial da Classe B. (NR)

.....
Art. 34. Por avanço vertical entende-se a promoção de uma para outra das classes definidas no art. 31 desta Lei.

§ 1º A promoção por avanço vertical à classe de remuneração superior será feita, exclusivamente, pelo critério de habilitação, ou seja, pelo

9

SOBRAL
PREFEITURA



**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

nível de formação profissional do Professor, a requerimento deste e mediante comprovação da habilitação exigida para aquela classe.

§2º O Professor promovido ocupará na classe superior, referência correspondente àquela em que se encontrava na classe inferior, até atingir a referência limite.

§ 3º A promoção de que trata este artigo poderá ser requerida em qualquer época e vigorará a contar do mês subsequente àquele em que o interessado apresentar o documento pertinente a sua habilitação.

§ 4º - Os critérios específicos e os procedimentos para aplicação da progressão vertical serão definidos em regulamento próprio, que será editado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei.(NR)

Art. 35. A Comissão de Avaliação do plano será constituída por 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação, 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação, 02 (dois) professores eleitos pelo corpo docente, 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município, e 01 (um) representante da Secretaria de Gestão.

§ 1º Escolhidos os representantes, a Comissão será designada pelo Prefeito Municipal para um período de 02 (dois) anos, prorrogável por igual prazo.

§ 2º Compete À Comissão de avaliação do plano:

I – informar aos profissionais do magistério sobre o processo de promoções em todos os seus aspectos;

II – fazer registro sistemático e objetivo da atuação do profissional tendo como norte os critérios estabelecidos no plano;

III – analisar a documentação apresentada para a promoção;

IV – Verificar, se o profissional habilitado está desempenhando suas funções dentro dos limites de aprovação no Concurso Público.(NR)

.....
Art. 42. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações próprias do Município de Sobral e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.”

Art. 3º - Ficam revogados os seguintes dispositivos da Lei 256, de 30 de março de 2000: Art. 11, Art. 13 e seus §§ 1º, 2º e 3º, Art. 22, Art. 23, seus incisos I e II e seus §§ 1º e 2º, §§ 1º, 2º e 3º do Art. 26, Art. 37 e seu Parágrafo único.

↑

Sobral
José Gilto
Procurador




**ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL**

Art. 4º - Os anexos I, II, III e IV desta Lei substituirão os de iguais numerações integrantes da Lei 256, de 30 de março de 2000, e terão vigência a partir da data da publicação desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES
JÚNIOR, em 30 de junho de 2010.**


JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

ANEXO I, a que se refere o art. 7º, da LEI Nº 256 DE 30 DE MARÇO DE 2000
ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DO GRUPO OCUPACIONAL DO MAGISTÉRIO, SEGUNDO AS CATEGORIAS
FUNCIONAIS, CARREIRAS, CARGOS/FUNÇÕES, CLASSES E REFERÊNCIAS

I – PARTE PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA	HABILITAÇÃO
ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO	EDUCAÇÃO BÁSICA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	A	01 A 10	3º PEDAGÓGICO
				B	01 A 10	LICENCIATURA PLENA
				C	01 A 10	LICENCIATURA PLENA + ESPECIALIZAÇÃO
				D	01 A 10	LICENCIATURA PLENA + MESTRADO

II - PARTE ESPECIAL (PROVISÓRIA)

GRUPO OCUPACIONAL	CATEGORIA FUNCIONAL	CARREIRA	CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA	HABILITAÇÃO
ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO	EDUCAÇÃO BÁSICA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA	A	01 A 10	3º PEDAGÓGICO
				B	01 A 10	LICENCIATURA PLENA
				C	01 A 10	LICENCIATURA PLENA + ESPECIALIZAÇÃO
				D	01 A 10	LICENCIATURA PLENA + MESTRADO



MUNICÍPIO DE SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

ANEXO II, a que se refere o Art. 8º da LEI Nº 256 DE 30 DE MARÇO DE 2000
LINHAS DE TRANSPOSIÇÃO

GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO		
SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA
DISCRIMINAÇÃO	HABILITAÇÃO	
REGENTE AUXILIAR DE ENSINO I, II, III e IV	1º Grau Incompleto	Regente Auxiliar de Ensino I
	1º Grau Completo	Regente Auxiliar de Ensino II
	2º Grau s/Habilitação Pedagógica	Regente Auxiliar de Ensino III
	3º Grau s/Habilitação Pedagógica	Regente Auxiliar de Ensino IV
	2º Grau c/Habilitação Pedagógica	Professor de Educação Básica Classe A, Referência 1
	Licenciatura Plena	Professor de Educação Básica Classe B, Referência 1
	Licenciatura Plena + Especialização	Professor de Educação Básica Classe C, Referência 1
	Licenciatura Plena + Mestrado	Professor de Educação Básica Classe D, Referência 1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I CLASSE A REFERÊNCIA 1	3º Pedagógico	Professor de Educação Básica Classe A, Referência 1
	Licenciatura Plena	Professor de Educação Básica Classe B, Referência
	Licenciatura Plena + Especialização	Professor de Educação Básica Classe C, Referência
	Licenciatura Plena + Mestrado	Professor de Educação Básica Classe D, Referência
PROFESSOR CLASSE ÚNICA	Licenciatura Curta	Professor de Educação Básica Classe Única
	Licenciatura Plena	Professor de Educação Básica Classe B, Referência 1
	Licenciatura Plena + Especialização	Professor de Educação Básica Classe C, Referência 1
	Licenciatura Plena + Mestrado	Professor de Educação Básica Classe D, Referência 1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II CLASSE B REFERÊNCIA 1	Licenciatura Plena	Professor de Educação Básica, Classe B, Referência 1
	Licenciatura Plena + Especialização	Professor de Educação Básica Classe C, Referência 1
	Licenciatura Plena + Mestrado	Professor de Educação Básica Classe D, Referência 1
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II CLASSE B REFERÊNCIA 3	Licenciatura Plena + Especialização	Professor de Educação Básica Classe C, Referência 1
	Licenciatura Plena + Mestrado	Professor de Educação Básica



MUNICÍPIO DE SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

		5	755,15				
		6	777,80				
		7	801,13				
		8	825,17				
		9	849,92				
		10	875,42				
		D			1	724,61	SUPERIOR + MESTRADO
					2	746,35	
					3	768,74	
					4	791,80	
5	815,56						
6	840,02						
7	865,23						
8	891,18						
9	917,92						
10	945,45						

8

SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL
10/05/2011



MUNICÍPIO DE SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

ANEXO IV, a que se refere o Art. 17 da LEI Nº 256 DE 30 DE MARÇO DE 2000

SÍMBOLO	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO	TOTAL
DES-04	510,00	1.216,39	1.726,39
DES-03	510,00	955,63	1.465,63
DES-02	510,00	795,16	1.305,16
DES-01	510,00	251,44	761,44
DMS-04	510,00	690,11	1.200,11
DMS-03	510,00	242,78	752,78
DMS-02	510,00	165,14	675,14
DMS-01	510,00	87,50	597,50
SMS-1	510,00	690,11	1.200,11

SOBRAL
CÂMARA MUNICIPAL
F. 001.000.000
1




ESTADO DO CEARÁ
MUNICÍPIO DE SOBRAL

SANÇÃO PREFEITURAL Nº 893/10
Ref. Projeto de Lei nº 1276/10

Empós análise ao Projeto de Lei em epígrafe, o qual “Altera a Lei nº 256, de 30 de março de 2000, para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre o Plano de Carreira e Remuneração (PCR) do Grupo Ocupacional do Magistério (MAG) Público do Município de Sobral e dá outras providências.” aprovado pela Augusta Câmara Municipal de Sobral, pronunciamo-nos por sua **SANÇÃO EXPLÍCITA e IRRESTRITA.**

Publique-se.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ EUCLIDES FERREIRA GOMES JÚNIOR, em 30 de junho de 2010.


JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO
Prefeito Municipal